

EDITORIAL

Facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos diferentes espaços públicos é uma proposta que parte de um entendimento bastante recente, resultante de leis, decretos e de demandas dos próprios deficientes que dão visibilidade política à causa como um todo. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas ou atitudinais marcam o cotidiano das cidades, das escolas, dos museus, das universidades. Esta realidade vem sendo questionada e modificada a partir da compreensão segundo a qual essas barreiras são formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. São avanços significativos e que requerem mais reflexões sobre a experiência com a deficiência e o olhar dos especialistas.

Compreender a deficiência é investigar o contexto que a faz emergir como uma dificuldade social reforçada pelas instituições públicas. Barreiras sociais não apenas comprometem o acesso aos direitos cidadãos, como também reforçam o preconceito, produzindo exclusão e segregação. Esta perspectiva compreende, portanto, a deficiência como um problema da sociedade, ao apontar para as barreiras sociais e não apenas para as dificuldades ou limitações individuais.

As barreiras comunicacionais para pessoas com deficiência sensorial foram modificadas com a promulgação da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, que garantem juridicamente o direito de acesso e participação das pessoas com deficiência em espaços públicos, universidades, escolas e ambientes culturais. Isto supõe um trabalho de efetivação de recursos de acessibilidade, tais como audiodescrição, legendas, janela de intérprete de libras, materiais digitalizados. O acesso para pessoas com deficiência torna-se assim um Princípio Constitucional.

Este dossiê da Revista da FAEEBA, dedicado ao tema “Educação e Acessibilidade”, reafirma o perfil editorial deste periódico, comprometido em denunciar e dar visibilidade a experiências, condições e situações que oprimam pessoas e grupos sociais. Os artigos aqui reunidos trazem experiências positivas e avanços no campo da acessibilidade e da inclusão, bem como refletem acerca do campo teórico sobre o qual assenta este objeto: a negação da diversidade através da produção social do estigma, do preconceito e da exclusão.

Neste momento histórico em que assistimos a uma reforma da Previdência que se anuncia repleta de perdas e prejuízos para todos os trabalhadores, em particular para os segmentos menos favorecidos da população, sigamos na luta pela manutenção de projetos e instâncias institucionais que trabalhem para que o Brasil seja verdadeiramente um país acessível e inclusivo.

Dezembro de 2017

Lívia Fialho Costa
Editora Científica

**Temas e prazos dos próximos números da Revista da FAEEBA:
Educação e Contemporaneidade**

Nº	Tema	Prazo de submissão	 Lançamento	Coordenadores
51	Educação, Infâncias e Formação	15/12/2017	Janeiro/abril 2018	Ana Paula Silva da Conceição – UNEB Mônica Appezzato Pinnazza – USP
52	Educação, Eossocioeconomia e Turismo de Base Comunitária	30/03/2018	Mai/agosto 2018	Francisca de Paula Santos da Silva – UNEB Carlos Alberto Cioce Sampaio - FURB
53				